# CAMARA MUNCIPAL DE BALSAS-MA

Fone:

# **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS**

# DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SERVIÇO PROTOCOLO E ARQUIVO

ntonávio PROCESSO:

CAMARO MUMBEIPAL DE BALSAS

APROVADO

Ma Visabas Autorio de de la como de la

0000000229 / 20

			<b>T</b>
Proprietário/Interessado:	00000019	<b>EXECUTIVO- ERIK AUGUSTO COSTA</b>	E SILVA

CNPJ/CPF:
Endereço:
Bairro:
Cidade:

ASSUNTO PROJETO DE LEI Nº 007, DE 21 DE MARÇO DE 2023.

### **DESCRIÇÃO DO ASSUNTO:**

ALTERA A LEI 1.069, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009, PARA ASSEGURAR NA FORMA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, PISO SALARIAL AOS SERVIDORES AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DATA: 23/03/2023 HORA: 09:22:34

FRANCISCA



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS**

RUA.DR. JOSÉ COELHO NOLETO, Nº 2008 - PATOSI 06.777.130/0001-11

2023

# RECIBO DE PROTOCOLO / PROCESSO

NÚMERO: 0000000229 / 2023

**CHAVE WEB: 1P2322R93O** 

DATA: 23/03/2023

HORA: 09:22:34

RESPONSÁVEL: FRANCISCA

INTERESSADO: 00000019 EXECUTIVO- ERIK AUGUSTO COSTA E SILVA

**ASSUNTO** 

PROJETO DE LEI Nº 007, DE 21 DE MARÇO DE 2023.

Continua a construção da cidade que queremos **GABINETE DO PREFEITO** 

CAMARA MUNICIPAL DE BALSAS RECEBIDO EM 23 1 03 12023

MENSAGEM № 007/2023-GP

Balsas/MA, 21 de março de 2023.

Senhor Presidente, **Dignos Pares:** 

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos seus pares, o Projeto de Lei nº 007, de 21 de março de 2023, que "ALTERA A LEI 1.069, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009, PARA ASSEGURAR NA FORMA DA EMENDA CONSTITUCIONAL № 120/2022, PISO SALARIAL AOS SERVIDORES AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O referido Projeto de Lei tem por objetivo alterar a Lei 1.069/2009 com a finalidade de assegurar o piso salarial aos servidores agentes de vigilância epidemiológica em observância a Emenda Constitucional nº 120/2022.

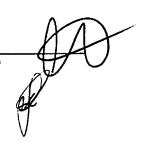
Ocorre que com a entrada em vigor da Emenda Complementar nº 120, de 05 de maio de 2022, a União passou a ser responsável pelo repasse do valor integral do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias aos demais entes da federão, como se observa no artigo 198, §§7º e 8º, da CF/88, com redações dadas pela referida emenda, conforme se verifica a seguir:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

"Art. 198	
***************************************	

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.





§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

A iniciativa do Autografo de Lei atende um solicitação dos servidores municipais e visa conceder a garantia constitucional desse profissionais não receberem inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Assim, estando certo de que o elevado espírito público dos Senhores Vereadores assegurará a aprovação deste projeto de inconteste relevância para o interesse público, em que aproveita-se o ensejo para manifestarmos nossas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente.

ERIK <u>AUČUSTO C</u>OSTA E SILVA

Prefeito Municipal de Balsas

itinua a construcão da cidada que queremos **GABINETE DO PREFEITO** 

CAMARA MUNICIPAL DE BALSAS RECEBIDO EM 221

PROJETO DE LEI Nº 007, DE 21 DE MARÇO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.069, DE 27 DE OÚ PARA ASSEGURAR NA FORMA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, PISO SERVIDORES DE **AGENTES** EPIDEMIOLOGICA E DÁ OUTRAS PROYIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os seus habitantes, que a Câmara Municipal de Balsas aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O inciso IV do artigo 3º da Lei 1069, de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com nova redação:

	•4	
`` /\ wf	<i>3</i> °	
MI.	J	

IV - Classes são os graus dos cargos públicos, hierarquizados em carreira, designados pelas letras A, B, C, D, E e F. " (NR)

Art. 2º Os arts. 20 e 43 da Lei 1069, de 27 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 20. Os cargos de provimento efetivo estão distribuidos em 06 (seis) CLASSES, designadas pelas letras A, B, C, D, E, F conforme anexo "A" desta Lei, os quais estão associados a critérios de habilitação ou qualificação profissional.

> Parágrafo Único. As classes A, B, D correspondem a dois níveis, designados por algarismos romanos, as Classes C, E, F desdobram-se em 03 (três) niveis, também representados por algarismos romanos, conforme anexo descrito neste caput.

- Art. 43. Fica instituído o Incentivo à Qualificação, nos seguintes percentuais sobre vencimento base do servidor:
- 5% (cinco por cento), para os portadores de certificado de 1º Grau para servidores classe A;
- 10% (dez por cento) para os portadores de certificado de 2º Grau para servidores classe B;
- 15% (quinze por cento) para os portadores de certificado de 3º Grau para servidores classes C, D e F.



Parágrafo Terceiro. O incentivo a qualificação será requerido após estágio probatório e processado a cada semestre, preferencialmente nos meses de julho e dezembro de cada ano.

Parágrafo Quarto. A concessão do incentivo a qualificação se dará por ato próprio do poder executivo."

Art. 3°. A Lei 1.069, de 27 de outubro de 2009 passa a vigorar acrescida do Capítulo IX-A e dos artigos 59-A, 59-B.

# "CAPITULO IX-A DOS SERVIDORES AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

Art. 59-A. O vencimento dos agentes de vigilância epidemiológica, profissionais responsáveis pelo combate as endemias, não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, sob responsabilidade do município, reajustado anualmente, de acordo a emenda constitucional nº120/2022.

Parágrafo Único. O piso salarial definido no caput deste artigo é o valor inicial da carreira, além das demais vantagens temporárias ou permanentes estabelecidas em Lei, valor abaixo do qual nenhum agente de vigilância epidemiológica poderá receber a título de vencimento.

Art. 59-B. Fica alterado da classe C para a classe F, o Cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica descrito no grupo ocupacional APOIO A SAÚDE, da Lei 1069/2009."

- Art. 4º O anexo A da Lei 1.069, de 27 de outubro de 2009, passam a vigorar em conformidade ao disposto no anexo I desta Lei.
- Art. 5º As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município, suplementadas se necessário.
- Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2023.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2023.

ERIK AUGUSTO COSTA E SILVA Prefeito Municipal de Balsas



PROJETO DE LEI Nº 007, DE 21 DE MARÇO DE 2023.



ALTERA A LEI 1.069, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009, PARA ASSEGURAR NA FORMA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, PISO SALARIAL AOS SERVIDORES AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário APROVOU e o Prefeito Municipal de Balsas SANCIONA a seguinte Lei.

# **CAPÍTULO I**

Art. 1º O inciso IV do artigo 3º da Lei 1069, de 27 de outubro de 2009, passa a vigorar com nova redação:

~Art.	3°.		• • • • • •	• • • • • •								•••••	
-------	-----	--	-------------	-------------	--	--	--	--	--	--	--	-------	--

IV – Classes são os graus dos cargos públicos, hierarquizados em carreira, designados pelas letras A, B, C, D, E e F. `` (NR)

Art. 2º Os arts. 20 e 43 da Lei 1069, de 27 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Os cargos de provimento efetivo estão distribuídos em 06 (seis) CLASSES, designadas pelas letras A, B, C, D, E, F conforme anexo "A" desta Lei, os quais estão associados a critérios de habilitação ou qualificação profissional.

**Parágrafo Único.** As classes A, B, D correspondem a dois níveis, designados por algarismos romanos, as Classes C, E, F desdobramse em 03 (três) níveis, também representados por algarismos romanos, conforme anexo descrito neste caput.

Art. 43. Fica instituído o Incentivo à Qualificação, nos seguintes percentuais sobre vencimento base do servidor:



- 5% (cinco por cento), para os portadores de certificado de 1º Grau para servidores classe A;
- 10% (dez por cento) para os portadores de certificado de 2º Grau para servidores classe B;
- 15% (quinze por cento) para os portadores de certificado de 3º Grau para servidores classes C, D e F.

Parágrafo Terceiro. O incentivo a qualificação será requerido após estágio probatório e processado a cada semestre, preferencialmente nos meses de julho e dezembro de cada ano.

Parágrafo Quarto. A concessão do incentivo a qualificação se dará por ato próprio do poder executivo."

Art. 3°. A Lei 1.069, de 27 de outubro de 2009 passa a vigorar acrescida do Capítulo IX-A e dos artigos 59-A, 59-B.

"CAPITULO IX-A

### DOS SERVIDORES AGENTES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

Art. 59-A. O vencimento dos agentes de vigilância epidemiológica, profissionais responsáveis pelo combate as endemias, não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, sob responsabilidade do município, reajustado anualmente, de acordo a emenda constitucional nº120/2022.

Parágrafo Único. O piso salarial definido no caput deste artigo é o valor inicial da carreira, além das demais vantagens temporárias ou permanentes estabelecidas em Lei, valor abaixo do qual nenhum agente de vigilância epidemiológica poderá receber a título de vencimento.

Art. 59-B. Fica alterado da classe C para a classe F, o Cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica descrito no grupo ocupacional APOIO A SAÚDE. da Lei 1069/2009."

Art. 4º O anexo A da Lei 1.069, de 27 de outubro de 2009, passam a vigorar em conformidade ao disposto no anexo I desta Lei.

CAMARA MUNICIPAL DE BALSAS – CNPJ: 06.777.130/0001-11

Rua Dr. José Coelho Noleto, nº 2008, bairro Potosi – Cep: 65.800-000 – Fone: (99) 3541-2086 – Balsas – Maranhão E-mail: gracilianoreis@outlook.com

Mhy



Art. 5° As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município, suplementadas se necessário.

Art. 6° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2023.

Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE BALGAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE

MARÇO DE 2023.

MOISÉS COELHOY SILVA NETO

CARMEM ELEPICIA

OLIVETRA

TEUVANIO CARNEIRO SALES
Vereador 2º Vice- Presidente

RODRIGUES Vereadora Vice- Presidente

NELSON FERREIRA DE OLIVEIRA

Vereador 1ª Secretária

MARCO WUKELYO MARTINS DA

SILVA

Vereador 2º Secretário

# Gabinete da Presidência - GP

Balsas/MA, 28 de março de 2023.

OFÍCIO Nº 024/2023-GPRES
A Sua Excelência, o Senhor
ERIK AUGUSTO COSTA E SILVA
Prefeito Municipal
Balsas - MA

FREIE URA MUNICIPAL DE BALLAS
RECERIDO
LINE DE COMPANION DE COMPANION

Ref: Encaminhamento de Autógrafos de Projetos de Lei

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o, tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para conhecimento e sanção, os inclusos autógrafos dos projetos de leis abaixo relacionados, os quais mereceram a aprovação do Plenário desta Edilidade na 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, (sessão legislativa 2023), do dia 27 de março do ano em curso:

PROJETO DE LEI Nº 08/2023-CMB, de autoria do Vereador, ARNALDO GOMES DE SOUSA, INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BALSAS O "DIA MUNICIPAL DA PROTEÇÃO ANIMAL E AMBIENTAL", A SER COMEMORADO DIA 29 DE AGOSTO.

PROJETO DE LEI Nº 04/2023 - GPREF, de autoria do Poder Executivo — DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA REALIZAR OS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO DIRETAS DO SAAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI Nº 06/2023 - GPREF, de autoria do Poder Executivo – DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, CRIA VAGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI Nº 07/2023 - GPREF, de autoria do Poder Executivo – ALTERA A LEI Nº 1.069, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009, PARA ASSEGURAR NA FORMA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120/2022, PISO SALARIAL AOS SERVIDORES AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO DE LEI № 08/2023 - GPREF, de autoria do Poder Executivo — DISPÕE SOBRE O PROCESSAMENTO E AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO, DISCIPLINANDO O PERCENTUAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM DESCONTO AUTOMÁTICO EM FOLHA DE PAGAMENTO, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL № 14.131, DE 30 DE MARÇO DE 2021 E LEI № 14.509, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022: E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valho-me do ensejo, para reiterar à V. Exa os protestos de consideração

e apreço.

Atendiosamente,

MOISES COELHO ESILVÁ NETO

CÁMARA MUNIÇIPAL DE BALSAS - CNPJ: 06.777.130/0001-11

Rua Dr. José Coelho Noleto, nº 2008, bairro Potosi -- Cep: 65.800-000 -- Fone: (99) 3541-2086 -- Balsas -- Maranhão E-mail: camarabalsas@gmail.com